



Reunião de Diretoria Plena  
Associação Nacional de Pós-Graduandos

Gestão 2016/2018

Em defesa da democracia, nenhuma direito a menos!

**Belo Horizonte, 17 de julho de 2017**

## Gestão 2016/2018

### **Presidenta**

Tamara Naiz (UFG)

### **Vice-Presidente**

Cristiano Moraes (UFRGS)

### **Tesouraria Geral**

Elisangela Volpe (FMU)

### **Secretário-geral**

Vinícius Soares (UPE)

### **Diretora de Comunicação**

Karoline Rocha (USP/UNESP)

### **Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação**

Pedro Henrique Côrrea (UERJ)

### **Diretora de Política Institucionais**

Manuelle Matias (UERJ)

### **1ª Diretora de Políticas Institucionais**

Meiриelle Tainara (UFSC)

### **2ª Diretora de Políticas Institucionais**

Aline Franco Diniz (USP)

### **Diretor de Relações Internacionais**

Flávio Franco (UFBA)

### **Diretor de Instituições Particulares**

José Martins (AVANTIS)

### **Diretora de Instituições Públicas**

Alice Matos de Pina (UFRJ)

### **Diretora de Movimentos Sociais**

Clara Lima de Oliveira (UFBA)

### **Vice-presidente Regional Sul**

Éverton Brezolin (UFRGS)

### **Vice-presidenta Regional Sudeste**

Laís Moreira Silva (UFMG)

### **Vice-presidenta Regional São Paulo**

Karen Kastelli (UNESP)

### **Vice-presidenta Regional Centro-Oeste**

Raísa Romênia Vieira (UFG)

### **Vice-presidenta Regional Nordeste**

Lucivânia Nascimento  
(UFSB)

### **Vice-presidente Regional Norte**

Raí Campos (UFPA)

### **Diretor de Saúde**

Giovanny Kley (UFAC)

### **Diretor de Cultura e Eventos Científicos**

Ulisses Ferreira (ENCE/IBGE)

### **Diretor de Políticas Educativas**

Marco Túlio Jorge Cortez  
(UFLA)

### **Diretor de Pós-Graduação Lato Sensu**

Philippe Pessoa (UNICAMP)

### **Diretora de Mulheres**

Ana Carolina Lima (PUC-RJ)

### **Diretora de Política de Empregos**

Érica (UFBA)

### **Diretora de Combate às Opressões**

Isis Ferreira (UNESP)

### **Diretora de Direitos dos Pós- Graduandos**

Stephanie Viena (Uninove)

### **Diretor de Universidades Estaduais**

Márcio Cristiano de Melo  
(UNICAMP)

### **Diretora de Ensino à Distância**

Larissa Moraes (UFLA)

### **Diretor Acadêmico e Científico**

Gabriel Nascimento (USP)

### **Diretora de Juventude**

Alecilda Aparecida  
Alves Oliveira (UFU)

### **Diretor de Tecnologia da Comunicação e Inovação**

Isley Borges da Silva Júnior  
(UFU)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. PAUTAS.....	5
2.1. INFORMES DA DIRETORIAS E DAS APGs.....	5
2.2. MUDANÇAS NA DIRETORIA.....	7
2.3. APRESENTAÇÃO DAS NOVAS CAMPANHAS DA ANPG.....	8
○ Cientistas e Pesquisadores pelas Diretas Já!.....	8
○ Desenvolvimento com Ciência, Pesquisa com Previdência.....	9
○ SOS bolsas FAPERJ e Estaduais: contra qualquer corte em Educação, Ciência e Tecnologia..	11
2.4. CALENDÁRIO DO 2º SEMESTRE DE 2017.....	12
2.5. RESOLUÇÃO POLÍTICA, NOTAS E MOÇÕES.....	13
○ Resolução Política.....	13
○ Moção contra os desmontes das universidades públicas: Por uma educação pública gratuita e de qualidade.....	16
○ SOS bolsas FAPERJ e Estaduais: contra qualquer corte em Educação, Ciência e Tecnologia..	17
○ Moção contra o desmonte da UNILA e da UNILAB.....	19
○ Moção em defesa da democracia e contra a partidarização da justiça. ....	21

## 1. INTRODUÇÃO

Aos dezessete dias de julho do ano de dois mil e dezessete, na Escola de Engenharia, reuniu-se a diretoria plena da Associação Nacional de Pós-Graduandos gestão 2016/2018 para realização de sua terceira reunião. Além da diretoria, estavam presentes integrantes de Associações de Pós-Graduandos e Pós-graduandos inscritos no 5º Salão Nacional de Divulgação Científica e I Encontro de Jovens em defesa do SUS. A reunião teve como pauta os seguintes pontos:

- 1) Informes da APGs e das diretorias
- 2) Mudanças na diretoria
- 3) Apresentação das novas campanhas
- 4) Calendário do semestre
- 5) Resolução políticas, notas e moções.



## 2. PAUTAS

### 2.1. INFORMES DA DIRETORIAS E DAS APGs

Na ocasião, foram informadas as ações legislativas acompanhadas pela entidade além da aprovação, no dia 20 de junho de 2017, na Câmara de Deputados do Projeto de Lei (PL) 3.012/2015 que prevê mais proteção às pós-graduandas em caso de gravidez e parto.

Além dessa ação, estão sendo acompanhadas pela ANPG:

- PL de bolsas (PL 4559/2016) – autoria de Lobbe Neto / PSDB – SP

O projeto de caráter terminativo dispõe sobre o reajuste anula das bolsas de pesquisa e foi aprovado na comissão de Educação seguirá agora para a Comissão de Finanças e Tributação e então para a de Constituição.

- PL de ações afirmativas (PL 2890/2015) – autoria de Davidson Magalhães / PCdoB – BA

O projeto dispõe sobre a reserva de vagas para o ingresso na pós-graduação e ainda precisa passar pela comissão de Educação da Câmara de Deputados.

- PL de assistência Estudantil (PL 1270/2015) – autoria de Orlando Silva / PCdoB - SP

O projeto dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Foi apensado ao PL 1434/2015 e está para ser apreciado pelo plenário da Câmara de Deputados.

- PL de seguridade (PL 2950/2015) - autoria de Davidson Magalhães / PCdoB – BA

O projeto dispõe sobre a inclusão do bolsista de pós-graduação como assegurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social. Foi apresentado ao plenário e apensado ao PL 6894/2013 e posteriormente encaminhado para coordenação de Comissões Permanentes.



Ainda, nessa pauta, foram informadas as atividades realizadas pela ANPG e as ações junto aos movimentos sociais. Em seguida foi dado os informes de algumas diretorias e associação pós-graduandos presentes na reunião:

- Diretoria de Relações Internacionais informou que a ANPG está participando do Comitê Nacional Preparatório ao 19º Festival Mundial das Juventudes e Estudantes que ocorrerá entre os dias 14 e 22 de outubro em Socci, Rússia.
- Vice-Presidências Regionais informaram o mapeamento do Movimento Nacional de Pós-Graduandos em suas respectivas regiões. Além disso, as diretorias Norte e Nordeste registraram a presença na reunião e inscrição de representantes de Estados como Amazônia, Alagoas, Maranhã e Tocantins no 5º Salão Nacional de Divulgação Científica.
- APG Fiocruz- RJ informou sobre o Encontro de Estudantes da Fiocruz-RJ
- APG UERJ informou a situação política e econômica do Estado do Rio de Janeiro que atinge com cortes no orçamento das universidades estaduais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.
- APG USP – Capital informou sobre a aprovação de sistema de cotas para entrada na Universidade do Estado São Paulo.



## 2.2. MUDANÇAS NA DIRETORIA

Na segunda pauta da reunião foi aprovada mudanças em algumas diretorias da ANPG gestão 2016/2018 que passam a ser compostas pelos seguintes pós-graduandas (os):

- Secretária Geral - Vinícius Soares (UPE)
- Diretoria de Comunicação – Karoline Rocha (USP/UNESP)
- Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação – Pedro Henrique Côrrea (UERJ)
- Vice-presidência Regional São Paulo – Karen Kastelli (UNESP)
- Vice-presidência Regional Nordeste – Lucivânia Nascimento (UFSB)
- Diretoria de Saúde – Giovanny Kley (UFAC)
- Diretoria de Cultura e Eventos científicos - Ulisses Ferreira (ENCE/IBGE)
- Diretoria de Pós-Graduação Lato Sensu – Philipe Pessoa (UNICAMP)
- Diretoria de Políticas de Emprego – Érica (UFBA)
- Diretoria de Direitos dos Pós-Graduandos – Stephanie Viena – (Uninove)
- Diretoria de Ensino à Distância - Larissa Moraes (UFLA)
- Diretoria Acadêmica e Científica - Gabriel Nascimento (USP)



### 2.3. APRESENTAÇÃO DAS NOVAS CAMPANHAS DA ANPG

- Cientistas e Pesquisadores pelas Diretas Já!

#### MANIFESTO

O Brasil tem passado por uma grave crise política e econômica provocada pelos ataques à democracia nacional desde 2016. O governo de Michel Temer tem implementado um programa de forte arrocho e retirada de direitos do povo brasileiro, levando a Ciência brasileira ao pior orçamento das últimas décadas.

As medidas adotadas pelo governo de Michel Temer são o oposto da opinião expressa nas urnas pela população brasileira e jamais passariam pelo crivo popular, além de estarem sendo fortemente recusadas pela sociedade. Prova disso é o alto índice de rejeição ao governo e às suas propostas, sobretudo as Reformas Trabalhista e Previdenciária e a PEC 55 (atual EM 95), que paralisa os investimentos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos.

Além desse retrocesso, os recentes escândalos de corrupção envolvendo o presidente e seus aliados deixaram ainda mais evidente que o atual governo não tem condições de conduzir reformas e medidas tão impactantes da vida da população, de forma que é preciso repactuar o projeto de democracia brasileira nas urnas, com participação popular.

Como cientistas e pesquisadores, compreendemos a importância da ciência para a soberania e desenvolvimento do país. É fundamental que mesmo em momentos de crise se invista em CTI para provocar um novo ciclo de desenvolvimento em áreas estratégicas, pavimentando a estrada para a diminuição de desigualdades sociais, com trabalho, distribuição de renda, educação e saúde de qualidade para a população.

Nesse sentido, nós, cientistas e pesquisadores brasileiros e outros defensores da ciência e do desenvolvimento nacional, nos posicionamos na defesa da campanha por Diretas Já, acompanhada da luta contra as propostas das Reformas Trabalhista e da Previdência, contra a retirada dos direitos sociais, assim como pela defesa da soberania e da ciência nacional, da universidade pública e das políticas sociais.

**Por Diretas Já!**

**Abaixo as Reformas Trabalhista e Previdenciária.**





o Desenvolvimento com Ciência, Pesquisa com Previdência

Campanha que possui o objetivo de mobilizar a comunidade acadêmica e sociedade para inclusão dos pós-graduandos no regime de previdenciário. Na ocasião, foi apresentado um estudo da ANPG sobre quais caminhos institucionais possíveis para garantir uma política de previdência para os pós-graduandos. E proposto uma moção em apoio e que foi aprovada no plenário da 69° Reunião Anual da SBPC.

Moção:

*Moção em apoio ao estabelecimento de direitos previdenciários para os pós-graduandos brasileiros*

A pesquisa e o pesquisador são elementos fundamentais no desenvolvimento científico, cultural, artístico e social do país. Os pós-graduandos brasileiros têm exercido papel fundamental na qualificação profissional e na produção de bens e serviços através de suas pesquisas. Segundo dados da CAPES, cerca de 90% da pesquisa praticada no Brasil é feita no âmbito da pós-graduação e com a participação de pós-graduandos. Contudo, muitos pós-graduandos enfrentam cotidianamente obstáculos que dificultam a permanência e conclusão de seus cursos de formação.

A luta por melhores condições de pesquisa e por mais verbas para Ciência, Tecnologia e Inovação demonstram que os pós-graduandos estão em busca de avanços e investimentos públicos na formação dos recursos humanos que o Brasil precisa. Mas, para que isso se concretize, é preciso fortalecer a pós-graduação e oferecer uma formação digna.

Atualmente, mesmo sendo um setor protagonista no processo de produção de conhecimento no país os pós-graduandos ainda não contam com a garantia de direitos previdenciários, isso impede por exemplo, o afastamento por motivo de saúde, a licença maternidade também para não bolsistas, entre outros.

Considerando a importância de se buscar melhores condições de pesquisa, num país que ainda tem importantes metas a seguir na expansão de seu Sistema Nacional de Pós-graduação, sobretudo num momento em que o sistema de previdência é atacado por setores conservadores, ocupantes dos principais postos dos Poderes Executivo e Legislativo, a argumentação em defesa da previdência para os pós-graduandos e pós-doutorandos afirma a importância de direitos para o desenvolvimento do Brasil, em um



momento delicado da democracia, constitui uma resposta ativa e combativa, que necessita do apoio do conjunto da comunidade científica para prosperar.

Todavia, os pós-graduados e pós-doutorandos brasileiros adiam em cerca de oito anos a entrada no mercado formal de trabalho para qualificar altamente a sua formação para todos os níveis de ensino e mercado de trabalho em geral e esse tempo não é contabilizado como tempo de serviço, defendemos a contabilização do tempo de formação *stricto sensu* e de pós-doutorado como tempo de serviço para aposentadoria, como acontece no caso da carreira militar, também estratégica para a soberania nacional.

Considerando que os regimes próprios de previdência devem ter fonte própria, bem como uma unidade gestora própria, não se trata de uma opção viável para buscar uma solução para a previdência dos pós-graduandos. Além disso, seria criado um regime para uma atividade que sequer se constitui como carreira, dada a sua natureza.

No presente regime o mínimo da contribuição à previdência é uma porcentagem do salário mínimo vigente e levando em consideração a limitação financeira da condição de bolsista de pós-graduação, defendemos a aprovação de uma legislação que equipare a porcentagem de contribuição do pós-graduando à do MEI, esta contribuição passará a ser 5% do Salário Mínimo, pois a contribuição como autônomo integral e de 20%, dificilmente cabendo no orçamento dos pós-graduandos. Cabe ressaltar que esta contribuição é simplificada, ou seja, dá acesso a uma série de benefícios, como auxílio-doença, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e salário maternidade, no caso de gestantes e adotantes, entretanto, não inclui o direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

Além disso, o estabelecimento da alíquota diferencial para os pós-graduandos tende a aumentar o número de contribuintes, reforçando a arrecadação da previdência. Ao mesmo tempo, o aumento do número de segurados entre os pós-graduandos garantiria maior estabilidade, o que tende a reduzir a evasão por meio de benefícios como auxílio-doença e salário maternidade.

Portanto, diante das justificativas acima arroladas é possível perceber o benefício para o país do estabelecimento de uma alíquota reduzida de contribuição previdenciária para pós-graduandos e pós-doutorandos, além da contabilização do tempo de serviço como tempo de aposentadoria, de modo que os sócios presentes da 69 RA da SBPC apoiam tal pleito.



- SOS bolsas FAPERJ e Estaduais: contra qualquer corte em Educação, Ciência e Tecnologia

Campanha com objetivo de mobilização pela defesa da Fundação de Amparo à Ciência do Estado do Rio de Janeiro e das Universidades Estaduais cariocas. Essas instituições vêm sofrendo graves ameaças pelos sucessivos cortes no orçamento oriunda de uma grave crise fiscal que assola o Estado, gerada por um projeto de governo que não coloca a Educação e a Ciência, Tecnologia & Inovação como pilares para o desenvolvimento de qualquer sociedade. A proposta encaminhada é de mobilização para realização de um ato na segunda quinzena de agosto de 2017.



## 2.4. CALENDÁRIO DO 2º SEMESTRE DE 2017

Agosto - Jornada de Lutas da Juventude

Outubro – Conselho Nacional de Associações de Pós-Graduandos a ser realizado em São Luiz, Maranhão



## 2.5. RESOLUÇÃO POLÍTICA, NOTAS E MOÇÕES

### o Resolução Política

A Associação Nacional de Pós-Graduandos se dirige aos pós-graduandos e pós-graduandas brasileiras e ao conjunto dos pesquisadores e cientistas do país nesse grave momento em que se encontra em questão a sobrevivência da ciência nacional.

Desde o golpe que atingiu a democracia brasileira, em 2016, até os recentes eventos, o Brasil passa por uma absoluta instabilidade política, econômica e social. Com esse ataque aos pilares democráticos, o desemprego e a extrema-pobreza têm crescido na medida que o investimento público em educação, ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento têm diminuído gradativamente.

A redução do orçamento público significa a guinada do projeto neoliberal de enxugamento da máquina pública e, assim, encolhimento do espaço público. Por outro lado, o Estado brasileiro tem usado o orçamento da União somente para amortizar juros da dívida pública e financiar a entrega do patrimônio nacional ao capital financeiro internacional.

Enquanto isso, a verba da ciência e tecnologia (C e T), bem como o custeio e subsídio de recursos de recursos humanos da pós-graduação, vem sendo contingenciada diversas vezes, com o agravamento da não recomposição da verba perdida nos consecutivos contingenciamentos e da vinculação dos cortes nas propostas orçamentárias de cada exercício financeiro seguinte pelo Governo Temer. A mudança da fonte de financiamento da área de C e T, pelo executivo e pelo legislativo federal, o corte de bolsas de estudo (pesquisa, pós-graduação, iniciação científica e iniciação à docência), além do contingenciamento de 44% do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), somando-se à realidade das fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs), levam a ciência brasileira ao fim do túnel.

O resultado disso já é visível através do não pagamento dos projetos do Edital Universal, o não lançamento do CT-Infra (além de Pró-equipamentos, pela Capes, programas destinados à compra de recursos de capital para os laboratórios), a descontinuidade de bolsas de pós-graduação no âmbito da Capes, CNPq e FAPs e o baixo acolhimento nos pedidos de bolsas de doutorado sanduíche e doutorado pleno no exterior.



Soma-se a isso os cortes do orçamento público na área de Educação. Precedendo tais cortes, a trágica aprovação e sanção da PEC 24155 (atual emenda 95/2015) que congela em 20 anos o investimento público na área de educação e ameaça o funcionamento das universidades públicas brasileiras. Os retrocessos que não param já paralisaram a expansão e reestruturação das universidades brasileiras, cortou o FIES, restringiu o PROUNI, ações que deixaram milhares de jovens brasileiros fora do ensino superior.

O governo Temer já deu o seu tom político, de forte ataque à participação social e democrática ao instituir políticas sem dialogar com a sociedade civil (como é o caso da aprovação da Medida Provisória 746/2016, que reforma o ensino médio), tramitação de Projetos de Leis (PLs) que agridem a educação brasileira e seu princípio constitucional de gratuidade e universalidade (como se deu com a apresentação do PL 395/2014, que visava instituir a cobrança de mensalidade na pós-graduação em instituições de ensino superior públicas), as mais recentes manobras de mudança na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela bancada da Bíblia do Congresso Nacional, entre diversas outras medidas. Quem assumiu a Presidência da República através de um golpe (articulado nos três poderes da República, como ficou claro na divulgação dos áudios entre Sergio Machado e o Senador Romero Jucá) não merece o respeito do povo brasileiro e não tem legitimidade para impor medidas e reformas duras contra o povo brasileiro.

Nesse sentido, entendemos que a reforma trabalhista e a reforma da previdência atacam diretamente os trabalhadores brasileiros, tirando direitos historicamente conquistados do nosso povo, como a CLT, conquistada há mais de 70 anos, e o fim da aposentadoria. Medidas que atacam frontalmente o povo brasileiro e em especial o povo preto e pobre.

Todos esses retrocessos encontram a resistência dos trabalhadores, da juventude e dos estudantes brasileiros que há meses se manifestam contra esse estado de calamidade pública por qual passamos. É inquestionável o poderoso movimento da Greve Geral realizada no último dia 28 de abril, além das demais mobilizações, que mostrou a disposição e a capacidade de luta do nosso povo em defender suas conquistas.

Entendemos que a instabilidade política gera mais crise econômica e leva o país para um caos sem fim à vista. É preciso repactuar as forças democráticas e isso não será possível sem entregar ao povo brasileiro o que lhe é devido, o direito ao voto popular. As recentes manobras do Congresso Nacional buscam consolidar um jogo de negociatas que, ora cobram contrapartidas do governo Temer em ajustes criminosos na relação dúbia e corrupta entre Estado e interesses privados, ora propõem uma eleição indireta de nomes não legitimados pelo povo brasileiro. Não aceitaremos!



Nós, pós-graduandos brasileiros, exigimos eleições diretas como principal mecanismo para repactuar a democracia brasileira, de modo a resguardar e proteger as instituições democráticas e possibilitar que o país saia da crise. Nenhuma eleição indireta vai possibilitar o país sair da crise política e econômica porque não será decisão do crivo popular.

Por tudo isso, a ANPG participa e convoca os pós-graduandos às mobilizações contra as Reformas supracitadas e pelas Diretas Já, além de todas as medidas que tolhem nossos direitos sociais, civis e trabalhistas. Nesse sentido, ainda convocamos a todos para a Jornada de Lutas da Juventude Brasileira, no próximo mês de agosto.

Sem democracia não sairemos de nenhuma crise e a redução dos direitos dos trabalhadores brasileiros vai precarizar ainda mais as relações de trabalho e jogar o país num cenário de incertezas.

Resistiremos!

Por Diretas Já e por nenhum direito a menos!

#DiretasPorDireitos!

Belo Horizonte, Minas Gerais.

17 de julho de 2017

Associação Nacional de Pós-Graduandos.



- Moção contra os desmontes das universidades públicas: Por uma educação pública gratuita e de qualidade

Hoje a Universidade Pública enfrenta sua maior luta por investimentos. Nossa educação pede socorro frente a tamanho descaso causado pelo corte de verbas, que se refletem principalmente na continuação das pesquisas.

Vemos um cenário onde professores não podem expandir sua formação externamente à universidade pela impossibilidade de contratação de substitutos, bolsas são cortadas e projetos de pesquisas estão sem perspectivas de início, andamento e/ou término.

A solução implementada por este governo ilegítimo, como sempre reflete na classe trabalhadora. São propostas de cobrança de mensalidade na pós-graduação que abrem o caminho para a cobrança também na graduação.

Mais uma vez o ensino público e de qualidade está ameaçado e sendo cortado na carne dos brasileiros que diariamente lutam pelo seu direito de educação pública, gratuita e de qualidade. Um desmonte sem tamanho que atinge absolutamente os mais pobres.

A ANPG repudia qualquer medida que prejudique a permanência de estudantes e pesquisas, em todos os âmbitos que atinjam o tripé educacional de ensino, pesquisa e extensão.

A ciência é importante para o desenvolvimento de uma nação soberana e como cientistas não podemos permitir que mais esse retrocesso aconteça.

Nossa luta diária é por uma educação pública e de qualidade.

Belo Horizonte, Minas Gerais.

17 de julho de 2017

Associação Nacional de Pós-Graduandos.





o SOS bolsas FAPERJ e Estaduais: contra qualquer corte em Educação, Ciência e Tecnologia

A crise financeira pela qual passa o Estado do Rio de Janeiro tem agravado a situação da educação e da pesquisa científica nacional, de modo que os pós-graduandos e pós-graduandas começam a sofrer seus efeitos.

A situação de gravidade diante do severo desfinanciamento das universidades estaduais (UERJ, UENF e UEZO) e das instituições de fomento à pesquisa no estado tem sido motivo de preocupação para as entidades científicas e estudantis de todo o país, na qual a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) se insere. De projeção e importância nacional e internacional, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) sofreu por meio de decreto do governador Pezão, um corte de 30% nos seus recursos.

Ademais a situação de atraso recorrente no pagamento de bolsas de pesquisas de pós-graduandos tem agravado um cenário que já se mostra caótico. De um lado, vemos bolsistas em situação de até três meses de atraso no pagamento de suas bolsas, enquanto grandes empresários continuam a ser favorecidos por isenções fiscais em setores da economia que pouco colaboram para o desenvolvimento do estado.

A privatização da CEDAE, por outro lado, mostra como os interesses espúrios dos governos estadual e nacional sob o comando do PMDB de Pezão e Temer estão coadunados com o ataque desmedido ao caráter público das nossas instituições. No cenário nacional, por exemplo, o governo ilegítimo de Temer reduziu em 44% o orçamento para a ciência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o que causa na prática o comprometimento de instituições históricas para a pesquisa no país.

É grave a situação que assola a pesquisa científica e as universidades na sua missão de construção e produção de saber no estado do Rio de Janeiro.

Nesse cenário as Universidades Estaduais e a FAPERJ pedem socorro, visto que se enfraquecem pelas consequências políticas de buscar a saída da crise por medidas de austeridade. Como consequência, temos o encerramento precoce de pesquisas, o atraso no pagamento dos bolsistas e a ameaça real de fechamento que paira sobre as universidades estaduais: UERJ, UENF e UEZO.

A ANPG repudia os ataques desferidos às universidades estaduais do Rio de Janeiro bem como à FAPERJ e vem a público convocar os(as) pós-graduandos(as) a participarem deste abaixo-assinado pelo



pagamento imediato das bolsas FAPERJ atrasadas e contra qualquer corte em educação, ciência e tecnologia. Ele é parte de uma campanha de mobilização que envolverá diversas ações organizadas pelos pós-graduandos. Assinando o abaixo-assinado você receberá por e-mail novidades da campanha.

Belo Horizonte, Minas Gerais.

17 de julho de 2017

Associação Nacional de Pós-Graduandos.



o Moção contra o desmonte da UNILA e da UNILAB

Neste mês de julho de 2017, em plena efervescência política da comunidade acadêmica e científica à 69ª Reunião da SBPC e ao 5º Salão Científico da ANPG, o governo antidemocrático e golpista de Temer, através de seus agentes políticos contra os direitos do povo brasileiro, apresentou uma Emenda Aditiva à Medida Provisória 785/2017, de autoria do Deputado Federal Sérgio Souza (PMDB-PR), a qual busca destituir a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), transformando-a em Universidade Federal do Oeste do Paraná (UFOPR).

Essa ação constitui-se em mais um ataque do presente governo, ao ensino superior público, na medida em que fere a função social da UNILA, a qual está alicerçada na promoção da cooperação e da integração regional latino-americana, amparada, por meio da Lei nº 12.189/2010, criada no governo Lula. Tendo como perspectiva a integração regional latino-americana, a partir do fomento à cooperação da produção científica, tecnológica, através de 28 cursos profissionais e acadêmicos, de graduação e pós-graduação, estruturados no desenvolvimento político, econômico, social e regional da América Latina, a UNILA vem formando jovens latino-americanos críticos comprometidos em contribuir com o desenvolvimento regional, científico e educacional, para a emancipação e autodeterminação plena dos povos da América Latina.

Neste contexto de desmonte do ensino superior, público e gratuito, por meio de cortes de investimentos em políticas de permanência, e igualmente, nas bolsas de pesquisas, na manutenção da universidade pública, o Ministro da Educação Mendonça Filho (DEM), o maior inimigo dos (as) Estudantes, e dos (as) profissionais em educação das universidades federais, cortou investimentos na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), na qual o Reitor Anastácio de Queiroz Sousa aprovou uma portaria recente de cancelamento das bolsas de permanência aos estudantes estrangeiros (as) africanos (as) desta instituição.

Neste sentido, a ANPG se posiciona contrária a decisão do reitorado da UNILAB, bem como o desmonte da UNILA, tendo por concepção de que a permanência dos estudantes estrangeiras deve ser assegurada pela universidade, como processo pleno e integrador da internacionalização do ensino, pesquisa e extensão, e se soma à luta dos estudantes, da comunidade acadêmica da UNILAB e da UNILA, em defesa dos estudantes estrangeiros, da integração regional do ensino superior público, na América Latina



e nos Países Lusófonos, na ótica de uma universidade socialmente referenciada, isto é: pública, gratuita e inclusiva, que promova o desenvolvimento socioeconômico e sustentável, de oportunidade para todos (as).

#FORATEMER

#DIRETASJÁ

#CONTRAOSCORTESNAEDUCAÇÃO

#UNILARESISTE

#UNILABRESISTE

Belo Horizonte, Minas Gerais.

17 de julho de 2017

Associação Nacional de Pós-Graduandos.



o Moção em defesa da democracia e contra a partidarização da justiça.

A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) vem a público manifestar seu repúdio contra a partidarização da justiça que vem acontecendo nesse momento delicado da vida política do país.

Nos últimos meses, temos acompanhados um movimento perigoso em que setores do sistema judiciário brasileiro têm abandonado os devidos procedimentos legais, tornando-se atores políticos e destruindo os alicerces da democracia brasileira.

São juízes e procuradores que abandonam os ritos legais de julgamentos e passam a usar e são usados pela grande mídia brasileira visando destruir os seus inimigos políticos através de perseguição política via judiciário. Em um processo que vilipendia a democracia e causa um aprofundamento da crise política e econômica que vem assolando o país desde o último quartel do ano de 2014.

O último e mais destacado exemplo tem sido a condenação do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, a nove anos e seis meses de prisão no chamado “caso do tríplex”, baseando-se apenas em delações premiadas e convicções dos acusadores e julgadores. Tal fato sem provas concretas se caracteriza à uma nítida perseguição política a mais destacada liderança popular brasileira dos últimos anos, a qual representa um projeto político de desenvolvimento econômico com participação popular.

Além disso, nesse processo de criminalização são perseguidos sistematicamente outras lideranças políticas da esquerda brasileira e os movimentos sociais que tanto lutaram e lutam em defesa dos direitos civis, sociais e trabalhistas do povo brasileiro. Um processo que ao se combinar com a aprovação das medidas antipopulares de ajuste fiscal pelo governo ilegítimo de Michel Temer minam as perspectivas de uma retomada de um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e com inclusão social para o país.

Nesse sentido, a ANPG se solidariza ao presidente Lula e reafirmamos seu compromisso em lutar pela retomada da democracia brasileira.

Belo Horizonte, Minas Gerais.

17 de julho de 2017

Associação Nacional de Pós-Graduandos.

